

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016. (em milhares de reais)**

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Sansuy S.A. Indústria de Plásticos em Recuperação Judicial, com sede administrativa em Embu das Artes – SP e sede social em Camaçari - BA, tem como objeto principal a fabricação, comércio, representação e exportação de laminados e confeccionados plásticos de PVC flexível.

### **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Itens significativos sujeitos a estimativas e premissas, incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras em 16 de fevereiro de 2018.

### **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras foram:

- a) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** – constituída com base na análise de riscos de realização dos créditos a receber, em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas;
- b) **Estoques** - estão avaliados pelo custo médio, de compra ou produção, inferiores aos preços de reposição;
- c) **Investimentos** – as participações societárias em controladas e coligadas cuja participação no capital votante é superior a 20% ou a administração exerça influência significativa, estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, e os demais investimentos avaliados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável;
- d) **Imobilizado** – registrado ao custo de aquisição, exceto as contas de terrenos, edificações e máquinas e equipamentos, que estão pelo valor reavaliado em 30 de junho de 2006. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota nº 6 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e do valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

Após a apuração do valor residual do ativo imobilizado, para fins de Demonstrações Financeiras da Controladora e de suas controladas, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor do ativo imobilizado de forma agregada como outros ativos tais como investimentos e intangíveis em unidades geradoras de caixa;

- e) **Intangível** – ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável;
- f) **Impostos** - Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos quanto ao valor e época de resultados tributáveis. Dado o aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em

estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera.

O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras;

- g) **Redução ao valor recuperável de ativos** – A Companhia submeteu seus ativos ao teste de *impairment* e concluiu não haver ativos que estivessem registrados acima do seu valor recuperável bem como quanto a vida útil e cálculo da depreciação;
- h) **Ajuste a valor presente** – A companhia apresenta dentro do ativo e passivo não circulantes os valores prefixados com ajustes a valor presente e sem ajustes os valores pós-fixados. O ativo e passivo circulantes não foram ajustados a valor presente face a sua não relevância;

#### 4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. Foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas correntes, receitas e custos dos negócios efetuados entre a controladora e as sociedades controladas que abrangem, além da Sansuy S.A., as empresas: Kanaflex S.A. Indústria de Plásticos, Sansuy Comercial Plásticos Ltda. e Sansuy Empreendimentos Imobiliários Ltda.. A parcela referente à participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado das controladas está destacada dos mesmos.

#### 5. INVESTIMENTOS / EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

<u>Descrição</u>	<u>Kanaflex S.A.</u>	<u>Sansuy Coml.Plásticos Ltda.</u>	<u>Sansuy Empreendimentos Imobiliários Ltda.</u>	<u>Total</u>
Capital social	27.044	60	5.105	32.209
Patrimônio líquido	(7.047)	1.531	34.585	29.468
Lucro/(prejuízo) líquido	(20.427)	(2)	(124)	(20.553)
Ações / Quotas possuídas	1.887.233	59.980	5.105.190	
Participação acionária	52,3%	99,97%	99,9996%	
Equivalência patrimonial	(6.997)	(2)	(124)	(7.123)
Provisão para perdas	(3.686)			(3.686)
Valor contábil dos investimentos		1.530	34.585	36.115
Outros investimentos				42
<b>Total</b>				<b>36.157</b>

As transações entre partes relacionadas, quando realizadas, são de conformidade com as condições usuais de mercado e os valores envolvendo operações com empresas incluídas no processo de consolidação eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

## 6. IMOBILIZADO

### CONTROLADORA:

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Instalações, Móveis e Utensílios</u>	<u>Imobilizado em Andamento</u>	<u>Computadores e Periféricos</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo inicial em 01/01/2016</b>								
Custo	6.459	52.702	233.200	618	29.108	5.867	4.076	332.030
Depreciação acumulada		(19.511)	(180.248)	(355)	(16.056)		(3.203)	(219.373)
<b>Saldo contábil líquido em 01/01/2016</b>	<b><u>6.459</u></b>	<b><u>33.191</u></b>	<b><u>52.952</u></b>	<b><u>263</u></b>	<b><u>13.052</u></b>	<b><u>5.867</u></b>	<b><u>873</u></b>	<b><u>112.657</u></b>
Adições		25	2.588		68	4.242	74	6.997
Baixas			(17)				(2)	(19)
Transferências		4	3.870		165	(4.039)		
Depreciação		(1.794)	(7.992)	(114)	(1.230)		(358)	(11.488)
<b>Saldo contábil líquido em 31/12/2016</b>	<b><u>6.459</u></b>	<b><u>31.426</u></b>	<b><u>51.401</u></b>	<b><u>149</u></b>	<b><u>12.055</u></b>	<b><u>6.070</u></b>	<b><u>587</u></b>	<b><u>108.147</u></b>
Custo	6.459	52.731	239.503	618	29.340	6.070	4.077	338.798
Depreciação acumulada		(21.305)	(188.102)	(469)	(17.285)		(3.490)	(230.651)
<b>Saldo contábil líquido em 31/12/2016</b>	<b><u>6.459</u></b>	<b><u>31.426</u></b>	<b><u>51.401</u></b>	<b><u>149</u></b>	<b><u>12.055</u></b>	<b><u>6.070</u></b>	<b><u>587</u></b>	<b><u>108.147</u></b>
Adições		33	1.625	8	94	1.540	180	3.480
Baixas			(470)		(13)			(483)
Transferências		17	414		1.034	(1.465)		
Depreciação		(1.289)	(7.248)	(104)	(1.193)		(286)	(10.120)
<b>Saldo contábil líquido em 31/12/2017</b>	<b><u>6.459</u></b>	<b><u>30.187</u></b>	<b><u>45.722</u></b>	<b><u>53</u></b>	<b><u>11.977</u></b>	<b><u>6.145</u></b>	<b><u>481</u></b>	<b><u>101.024</u></b>
Custo	6.459	52.781	240.576	626	30.439	6.145	4.057	341.083
Depreciação acumulada		(22.594)	(194.854)	(573)	(18.462)		(3.576)	(240.059)
<b>Saldo contábil líquido em 31/12/2017</b>	<b><u>6.459</u></b>	<b><u>30.187</u></b>	<b><u>45.722</u></b>	<b><u>53</u></b>	<b><u>11.977</u></b>	<b><u>6.145</u></b>	<b><u>481</u></b>	<b><u>101.024</u></b>
% médio de depreciação anual		3,32	4,14	20	10		20	

**CONSOLIDADO:**

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Instalações, Móveis e Utensílios</u>	<u>Imobilizado em andamento</u>	<u>Computadores e Periféricos</u>	<u>Total</u>
<b>Saldo inicial em 01/01/ 2016</b>								
Custo	8.989	64.811	301.714	1.582	30.672	5.932	5.409	419.109
Depreciação acumulada		(23.846)	(209.086)	(927)	(16.885)		(4.350)	(255.094)
<b>Saldo contábil líquido em 01/01/2016</b>	<b><u>8.989</u></b>	<b><u>40.965</u></b>	<b><u>92.628</u></b>	<b><u>655</u></b>	<b><u>13.787</u></b>	<b><u>5.932</u></b>	<b><u>1.059</u></b>	<b><u>164.015</u></b>
Adições		25	2.595		69	4.396	74	7.159
Baixas		(6)	(19)		(1)		(2)	(28)
Transferências		4	3.870		165	(4.039)		
Depreciação		(2.743)	(12.158)	(278)	(1.325)		(466)	(16.970)
<b>Saldo contábil líquido em 31/12/2016</b>	<b><u>8.989</u></b>	<b><u>38.245</u></b>	<b><u>86.916</u></b>	<b><u>377</u></b>	<b><u>12.695</u></b>	<b><u>6.289</u></b>	<b><u>665</u></b>	<b><u>154.176</u></b>
Custo	8.989	64.773	308.441	1.581	30.903	6.289	5.410	426.386
Depreciação acumulada		(26.528)	(221.525)	(1.204)	(18.208)		(4.745)	(272.210)
<b>Saldo contábil líquido em 31/12/2016</b>	<b><u>8.989</u></b>	<b><u>38.245</u></b>	<b><u>86.916</u></b>	<b><u>377</u></b>	<b><u>12.695</u></b>	<b><u>6.289</u></b>	<b><u>665</u></b>	<b><u>154.176</u></b>
Adições		33	1.665	8	94	1.668	193	3.661
Baixas			(470)		(13)			(483)
Transferências		17	414		1.034	(1.465)		
Depreciação		(2.180)	(11.350)	(234)	(1.280)		(357)	(15.401)
<b>Saldo contábil líquido em 31/12/2017</b>	<b><u>8.989</u></b>	<b><u>36.115</u></b>	<b><u>77.175</u></b>	<b><u>151</u></b>	<b><u>12.530</u></b>	<b><u>6.492</u></b>	<b><u>501</u></b>	<b><u>141.953</u></b>
Custo	8.989	64.823	309.554	726	32.003	6.492	5.403	427.990
Depreciação acumulada		(28.708)	(232.379)	(575)	(19.473)		(4.902)	(286.037)
<b>Saldo contábil líquido em 31/12/2017</b>	<b><u>8.989</u></b>	<b><u>36.115</u></b>	<b><u>77.175</u></b>	<b><u>151</u></b>	<b><u>12.530</u></b>	<b><u>6.492</u></b>	<b><u>501</u></b>	<b><u>141.953</u></b>
<b>% médio de depreciação anual</b>		<b>3,32</b>	<b>4,14</b>	<b>20</b>	<b>10</b>		<b>20</b>	

## 7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### CURTO PRAZO

<u>Moeda</u>	<u>Garantias</u>	<u>Finalidade</u>	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
			<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Nacional		Capital de giro (Rec. Judicial)	2.938	4.052	2.938	4.052
Nacional	Duplicatas	Capital de giro	20.716	12.361	35.646	30.220
Nacional	Duplicatas	Capital de giro (CCE)	10.209	9.113	10.209	9.113
Nacional	Equipamentos	Imobilizado		233		274
Estrangeira - EUR	Equipamentos	Imobilizado			2.779	4.154
Estrangeira - US\$	Equipamentos	Imobilizado			4.069	2.502
<b>Total</b>			<b>33.863</b>	<b>25.759</b>	<b>55.641</b>	<b>50.315</b>

### LONGO PRAZO

<u>Moeda</u>	<u>Garantias</u>	<u>Finalidade</u>	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
			<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Nacional		Capital de giro (Rec. Judicial)		1.379		1.379
Nacional	Duplicatas	Capital de giro			1.081	313
Nacional	Duplicatas	Capital de giro (CCE)	735	1.698	735	1.698
Estrangeira - EUR	Equipamentos	Imobilizado			3.783	2.537
Estrangeira - US\$	Equipamentos	Imobilizado			6.769	9.025
<b>Total</b>			<b>735</b>	<b>3.077</b>	<b>12.368</b>	<b>14.952</b>

O Plano de Recuperação Judicial estabelece atualização pelo IPCA, com amortização anual, no período de 12 anos, sendo a primeira parcela em maio de 2008 e a última em maio de 2019. Os financiamentos de imobilizado na controlada Kanaflex foram negociados em dólar corrigidos pela taxa 3,25% a.a. mais libor e em euro corrigidos pela taxa 6,7% a.a..

## 8. CAPITAL SOCIAL

<u>Espécie e classe</u>	<u>QUANTIDADE DE AÇÕES</u>	
	<u>Capital Integralizado</u>	
	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Ordinárias escriturais	66.448	66.448
Preferenciais escriturais Classe A	126.307	126.307
Preferenciais escriturais Classe B	155	155
	<b>192.910</b>	<b>192.910</b>

O capital subscrito e integralizado das ações ordinárias escriturais é composto de acionistas 100% domiciliados no país.

As ações preferenciais Classe “A” são atribuídas as seguintes vantagens: a) prioridade no reembolso de capital sem prêmio, na hipótese de liquidação da sociedade; b) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo equivalente ao produto de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício, apurado de conformidade com o artigo 202, da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 10.303/01; c) Direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no artigo 254-A, acrescido pela Lei 10.303/01 à Lei 6.404/76, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. As ações preferenciais Classe “B” são atribuídas as seguintes

vantagens: a) participação integral nos resultados sociais, sem qualquer forma complementar de qualificação; b) prioridade na distribuição de dividendo mínimo de 6% (seis por cento) ao ano, não cumulativo calculado sobre o capital desta espécie e classe de ações; c) participação, sem restrição, nos aumentos de capital decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros; d) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da sociedade, com base no seu valor patrimonial; e) poderão ser convertidas em ações preferenciais Classe “A”, decorrido o prazo de intransferibilidade, à opção do acionista.

## **9. RECLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

Baseados em pareceres da nossa consultoria jurídica, as obrigações tributárias não recolhidas, para as quais não existem perspectivas de liquidação em curto prazo, estão registradas no passivo não circulante, no montante de R\$ 965.607 mil, visando refletir o posicionamento mais adequado da estrutura patrimonial da Companhia sob a rubrica Obrigações sociais e fiscais.

## **10. COMPROMISSOS E DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS**

De acordo com a CPC nº 25, em 31 de dezembro de 2017 a companhia apresenta as contingências tributárias e previdenciárias não provisionadas, no montante de R\$ 506.963 mil, que são provenientes de compensações efetuadas com base em ações judiciais. Com base no parecer da assessoria jurídica estes valores são compostos de processos classificados como sendo “perdas possíveis” e “perdas prováveis não mensuráveis com suficiente segurança”.

<b><u>Passivo Contingente</u></b>	<b><u>R\$ mil</u></b>
Previdenciária	115.669
Fazenda Nacional	228.397
Fazenda Estadual	162.897
	<b>506.963</b>
(-) I.R. e C.S.L.L. sobre prejuízos fiscais e base negativa incluindo passivo contingente	<b>429.764</b>
Passivo Contingente Líquido	<b><u>77.199</u></b>

## **11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

O valor provisionado de R\$ 7.251 mil, refere-se ao contingenciamento do valor de risco estimado de ação judicial proposta por debenturista, referente a deliberação da Assembléia de Debenturistas realizada em 10 de maio de 1995, que convencionou sobre valores e prazos de pagamento das debêntures emitidas pela Companhia. Em 08 de janeiro de 2009 houve prolação de sentença de Primeira Instância, favorável à Companhia, acolhendo os embargos por ela opostos. As partes recorreram e o processo aguarda julgamento nos tribunais superiores, justificando-se a manutenção da provisão.

## **12. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO**

Na Assembléia Geral Ordinária realizada em 27 de março de 2017, foi aprovada uma remuneração fixa no valor anual global de R\$ 3.710 mil para a Administração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a remuneração dos administradores totalizou um montante de R\$ 2.460 mil (R\$ 2.460 mil em 2016), integrando as despesas “Honorários da Administração” na demonstração de resultado da controladora.

## **13. CONTINUIDADE OPERACIONAL**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Controladora apresentou um prejuízo de R\$ 153.888 mil, e considerando os prejuízos apurados nos exercícios anteriores, acumulou um passivo a descoberto no montante de R\$ 894.470 mil. Para a continuidade e viabilização econômica financeira de seus negócios, a Administração da Companhia vem implementando medidas de ampliação de vendas do seu portfólio de produtos que permitam maior utilização da sua capacidade instalada e que resultem em operações lucrativas e de fluxo financeiro positivo, criando condições, inclusive, para a regularização do passivo tributário.

#### 14. GERENCIAMENTO DE RISCOS

**Seguros** - Os bens e interesses da Companhia estão segurados contra riscos diversos por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

**Risco de crédito** - A Companhia submete seus clientes a uma avaliação criteriosa e sistemática em relação a sua situação financeira e econômica, bem como acompanha de forma permanente as posições em aberto.

#### 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui riscos de mercado relativos a instrumentos financeiros que possam afetar seus negócios.

#### 16. COMPOSIÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas de vendas estão sendo apresentadas líquidas dos impostos, descontos e devoluções de vendas. A conciliação desses valores estão apresentados a seguir:

	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.17</b>	<b>31.12.16</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>341.532</b>	<b>266.103</b>	<b>495.639</b>	<b>445.865</b>
Deduções de vendas	(77.372)	(55.947)	(110.234)	(92.741)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>264.160</b>	<b>210.156</b>	<b>385.405</b>	<b>353.124</b>

#### 17. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO – CONSOLIDADO

A Companhia está organizada em duas principais unidades de negócios, e define seus segmentos e produtos como sendo: Laminados e Confeccionados Plásticos de PVC e Tubos Plásticos.

As informações por segmento dessas unidades estão apresentadas a seguir:

<b>Exercício 2017</b>	<b>Laminados e Confeccionados Plásticos</b>	<b>Tubos Plásticos</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Receita operacional líquida</b>			
Mercado Interno (Brasil)	227.921	109.431	337.352
Mercado Externo (outros países)	36.079	11.974	48.053
<b>Receita operacional líquida do período</b>	<b>264.000</b>	<b>121.405</b>	<b>385.405</b>
Custo das vendas	(255.810)	(94.745)	(350.555)
<b>(Despesas) receitas operacionais:</b>			
Vendas	(40.592)	(26.361)	(66.953)
Gerais e Administrativas	(39.212)	(13.121)	(52.333)
Outras receitas operacionais	(7)		(7)
<b>Resultado antes dos efeitos financeiros</b>	<b>(71.621)</b>	<b>(12.822)</b>	<b>(84.443)</b>
Receitas financeiras	2.914	917	3.831
Despesas financeiras	(75.619)	(8.408)	(84.027)
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>(144.326)</b>	<b>(20.313)</b>	<b>(164.639)</b>
<b>Ativos totais por segmento</b>	<b>279.130</b>	<b>108.729</b>	<b>387.859</b>
<b>Passivos por segmento</b>	<b>1.171.219</b>	<b>114.471</b>	<b>1.285.690</b>

<b><u>Exercício 2016</u></b>	<b>Laminados e Confeccionados Plásticos</b>	<b>Tubos Plásticos</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Receita operacional líquida</b>			
Mercado Interno (Brasil)	187.103	120.982	308.085
Mercado Externo (outros países)	30.640	14.399	45.039
<b>Receita operacional líquida do período</b>	<b>217.743</b>	<b>135.381</b>	<b>353.124</b>
Custo das vendas	(198.953)	(103.274)	(302.227)
<b>(Despesas) receitas operacionais:</b>			
Vendas	(36.837)	(27.597)	(64.434)
Gerais e Administrativas	(33.255)	(13.612)	(46.867)
Outras receitas operacionais	88	(7)	81
<b>Resultado antes dos efeitos financeiros</b>	<b>(51.214)</b>	<b>(9.109)</b>	<b>(60.323)</b>
Receitas financeiras	2.318	2.801	5.119
Despesas financeiras	(75.573)	(11.192)	(86.765)
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>(124.469)</b>	<b>(17.500)</b>	<b>(141.969)</b>
<b>Ativos totais por segmento</b>	<b>293.056</b>	<b>114.625</b>	<b>407.681</b>
<b>Passivos por segmento</b>	<b>1.041.974</b>	<b>99.906</b>	<b>1.141.880</b>

#### **18. INFORMAÇÕES DE ADESÃO AO PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA – PERT - CONTROLADORA**

Em outubro de 2017, a companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT (Lei nº 13.496/17) para incluir no mencionado programa parte da dívida tributária apontada no passivo circulante sob a rubrica “Obrigações Sociais e Trabalhistas”. Foi feita a opção pelo pagamento à vista com a utilização do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa da CSLL. No âmbito da PGFN o valor do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa da CSLL a ser utilizado já foi informado em janeiro/18 e no âmbito da RFB aguarda-se a abertura do prazo de consolidação do PERT. Os valores envolvidos estão expressos, em R\$ mil, no quadro abaixo:

<b>Natureza do Débito</b> (Em R\$ Mil)	<b>Valor da Dívida</b>	<b>Valor Adiantado</b>	<b>Saldo c/ Reduções Legais a Compensar</b>
IRRF – RFB (não inscrito na dívida ativa)	11.061	553	8.421
Débitos Previdenciários – RFB (não inscritos na dívida ativa)	7.554	378	3.762
Débitos Previdenciários – PGFN (inscritos na dívida ativa)	386	19	235
<b>TOTAL</b>	<b>19.001</b>	<b>950</b>	<b>12.418</b>

Os valores constantes da coluna “Valor Adiantado” correspondem a 5% (cinco por cento) dos valores constantes da coluna “Valor da Dívida”. Os valores constantes da coluna “Saldo com Reduções Legais a Compensar” serão liquidados mediante a realização de compensações na forma prevista na Lei nº 13.496/17.